

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS

Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano XXXIII • Abril / Maio / Junh 2024 • Nº 124

ANS ASSINALA 35 ANOS A LUTAR PELOS SARGENTOS 33 ANOS DO JORNAL "O SARGENTO"



Pág. 8 e 9



E HOMENAGEIA MÁRIO PEREIRA

**50 ANOS
DO
25 DE ABRIL**

Pág. 6 e 7

**RECONHECIMENTO
MERCIDO A UM DOS
FUNDADOR DA ANS**

Pág. 5

**129ª ASSEMBLEIA
GERAL DA EUROMIL
EM LISBOA**

Pág. 10



EDITORIAL

O caminho é: Lutar! Lutar, Sempre!

Quando estamos a assinalar cinquenta anos daquela madrugada que esperávamos, aquele dia inicial inteiro e limpo, onde emergimos da noite e do silêncio, e livres habitamos a substância do tempo, como tão bem escreveu Sophia de Mello Breyner Andresen, quando estamos a comemorar trinta e cinco anos de existência da nossa associação representativa de classe e trinta e três anos da nova vida deste jornal, voz e sentir dos Sargentos de Portugal, as condições de vida dos militares (e de muitos outros sectores da sociedade portuguesa) continuam a exigir que ninguém baixe os braços, que ninguém se acomode e muito menos que ninguém se conforme.

Entre muitas das razões para que assinalemos e comemoemos estas efemérides, está o desejo de alcançar a Paz, trazida pela Revolução da Liberdade. É também por isso que, para proteger a Liberdade, deve ser cuidada a Defesa Nacional. Embora a Defesa Nacional não se restrinja às Forças Armadas, o que é inegável é que estas são o mais importante pilar da Defesa Nacional e não se faz, não

se consegue fazer, sem os homens e mulheres que as integram no seu serviço ao País.

Quando as condições dos homens e mulheres que servem o País nas Forças Armadas estão tão degradadas e continuam a não ser respeitadas, quando a liberdade está a ser questionada, quando a Paz está tão ameaçada, é dever e obrigação de todos nós guarnecermos a trincheira da defesa das condições para continuar a servir o País, da defesa dos valores da democracia e da liberdade e, principalmente, dos valores da Paz.

Mas, acima de tudo, é importante que continuemos a participar diária e activamente na defesa dos princípios e valores resultantes da Revolução de Abril e que estão plasmados na Constituição da República, a Constituição de Abril!

A defesa de melhores condições de vida, a defesa dos valores da democracia, da Liberdade e da Paz, são uma permanente exigência a que estamos obrigados.

Confiantes, determinados e unidos,

devemos continuar a lutar pelo respeito dos direitos fundamentais, mas, em simultâneo, a pugnar para que o 25 de Abril não se transforme num mero feriado no calendário, nem permitir que se procure branquear ou reescrever a História!

Aqueles a quem um dia alguém, erradamente, identificou como “um grupo de aventureiros” e vaticinou “que não lhes previa mais que seis meses de vida”, assinalaram trinta e cinco anos de vida! Trinta e cinco anos de muita luta em condições de grande desigualdade, mas que nem por isso desistiram ou se renderam. E nesta luta contaram sempre com o apoio de uma voz livre, denunciante, incansável e activa nos últimos trinta e três anos. Contaram também com homens e mulheres que nunca desistiram, nunca se acomodaram, nem nunca se conformaram.

No respeito pelo exemplo e pela memória daqueles que partiram, uma certeza nos anima: na defesa dos valores e princípios que nos orientam, vamos ter muito por que continuar a lutar “por este rio acima”! ▲

Quotas para ANS aumentam 33 cêntimos por mês

Por proposta da Direcção, foi aprovada na Assembleia Geral de 15 de Abril passado, a actualização do valor da quota de 20€ para 22€ por semestre, traduzindo-se num aumento mensal de 0,33€.

Esta actualização decorre da necessidade e objectivo do orçamento anual ter um equilíbrio directo entre receitas e despesas que tem sido difícil de obter não só por factores externos, como a inflação, como também por factores internos, de onde se releva um número não desprezável de associados que, sem nos darem qualquer notícia, cancelam as suas autorizações de débito directo para cobrança das quotas ou resgatam a seu favor o valor da quota depois desta ter sido cobrada normalmente.

Este último facto, para além da perda de receita que representa, e da passagem do sócio à condição de “suspensão” acumulando dívida por quota em atraso, constitui um acréscimo nas nossas despesas uma vez que as tentativas de cobrança por débito directo sem retorno têm custos em termos de comissões bancárias e imposto associado.

Para evitar esta situação basta o sócio enviar um email para contacto@ans.pt a in-

formar das suas intenções, dentro daquela que é a sua liberdade de decisão, mas também num acto de lealdade e camaradagem para com aqueles que, deste lado, tentam levar o funcionamento da associação a bom porto.

Dito isto, poderá ficar no ar a (errada) ideia que a nossa associação passa por problemas financeiros... Na verdade, tal não se verifica.

A gestão cuidada das receitas da associação e do seu património ao longo dos 35 anos de existência, permitiu aqui chegar com uma sede própria, que se encontra paga na totalidade, devidamente apetrechada para o funcionamento da associação, com uma localização adequada, com acesso rápido à rede de transportes da cidade de Lisboa, na freguesia do Lumiar.

Para além disso a associação detém uma confortável almofada financeira que nos permitirá no futuro, caso os sócios entendam, fazer eventuais investimentos que surjam como necessários.

A nossa associação, cujo rendimento é, sempre foi, apenas a quota de cada associado, não tem qualquer dívida a terceiros. Este facto permite-nos uma liberdade e indepen-

dência nas decisões, que consideramos aspectos fundamentais e queremos preservar.

Ora, é precisamente para manter essa almofada financeira intacta, sem ter que recorrer a ela para o normal funcionamento da associação, que surge a presente actualização da quota, associada a um conjunto de medidas para redução da despesa aprovados em assembleia geral e que se encontram em curso, algumas delas já implementadas.

De todas essas medidas a mais importante é sem dúvida a adesão de novos associados, assim como a recuperação e regularização de sócios com as quotas em situação irregular. Esta medida, que deve contar com o empenhamento de todos os dirigentes e delegados, para ter o sucesso necessário é essencial que se envolvam nela também os associados, quer seja através da manutenção dos seus dados actualizados, quer seja pelo contacto com outros camaradas, nomeadamente os mais jovens, para aderirem à sua associação representativa, a Associação Nacional de Sargentos.

Contamos convosco!

José Pereira
Tesoureiro ▲

Eleições – Acto Normal e Democrático na Vida Associativa!

Estamos a entrar no segundo semestre de 2024. Rapidamente nos aproximamos do final do mandato (2023/2024) dos actuais Órgãos Sociais da nossa Associação Nacional de Sargentos (ANS), marcado, internamente, por muitas iniciativas, projectos, reuniões e, externamente, por alterações no plano político e governamental.

Assim, previsivelmente, no próximo dia 1 de Fevereiro de 2025, em local a anunciar oportunamente, irá ter lugar a eleição dos Órgãos Sociais da ANS que conduzirão os seus destinos no biénio 2025/2026.



Mesas de voto do acto eleitoral em 2017

Nesse sentido, oportunamente anunciado, será aberto o espaço para apresentação de listas de candidatura a estas eleições, de acordo com o os Estatutos e o Regulamento Interno Geral da ANS.

Recordamos que, conforme o Artigo 28º do Regulamento Interno Geral, as listas de candidatura que eventualmente se venham a constituir, deverão dar entrada na sede da ANS, dirigidas à Mesa da Assembleia Geral, até vinte dias antes da data do acto eleitoral.

Ainda de acordo com o texto deste Regulamento, cada lista de candidatura deverá conter a designação dos membros a eleger, com a identificação dos seus componentes (nome, idade, posto, ramo, local onde presta serviço e número de associado), indicação do órgão e cargo a que se candidata e a identificação dos dois representantes (mandatários) da lista.

As listas de candidatura terão de ser subscritas por, pelo menos, cem associados com a situação devidamente regularizada, com indicação do nome legível, assinatura, ramo a que pertence e número de sócio.

A Direcção da ANS, no cumprimento das suas obrigações e responsabilidades, está a trabalhar no sentido de preparar uma lista que apresentará a sufrágio, para que a continuidade deste projecto de defesa dos interesses da classe seja uma realidade, cumprido que está o trigésimo quinto ano de vida da Associação Nacional de Sargentos.

Mas é sobretudo a palavra e a acção dos associados, da massa associativa, razão de ser de uma instituição como a nossa, que é determinante. Neste e em todos os eventos em torno da vida e da actividade associativa é a palavra, a expressão e a força dos associados que sustenta a continuidade desta organização representativa de classe, a classe dos Sargentos de Portugal! ▲



AUDIÊNCIAS COM OS GRUPOS PARLAMENTARES

A 21MAI2024 a ANS solicitou audiências a todos os Grupos Parlamentares (GP) e à deputada do PAN, enquanto representantes eleitos pelo povo português para a Assembleia da República (AR), no plebiscito de 10MAR2024



Em todas as audiências foram distribuídos e apresentados três documentos:

- O Caderno de Aspirações, com os seus quatro principais temas (Formação, Legislação Militar, Assistência e Apoio Social, e Regime Remuneratório), com enfoque especial ainda no reconhecimento formal do dia 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento e na necessidade do cumprimento da Lei do Associativismo;

- A Proposta para revisão do Regime Remuneratório aplicável aos Sargentos; e

- A Moção das três APM aprovada no Encontro de Militares de 25MAI2024 em Lisboa, e entregue em 27MAI2024 ao Ministro da Defesa Nacional (MDN).

Nas audiências realizadas após 02JUN2024 também foi distribuído o comunicado nº 12/2024, *“Sargentos, sempre, e desde há muito, do lado certo da História!”*.

Nas intervenções/exposições da ANS, estes documentos (disponíveis para con-

sulta em www.ans.pt) foram apresentados com enquadramento, falando especificamente dos assuntos que abordam.

Para além do exposto nesses documentos, foram também trazidos à colação, entre outros, os seguintes temas:

- A Defesa Nacional (DN) não pode, e logo não deve servir de arma de arremesso político-partidária;

- A partidarização das chefias, pois os militares não intervêm na sua escolha, antes sendo uma prerrogativa exclusiva do poder político;

- A queixa apresentada pela EUROMIL na Comissão Europeia de Direitos Sociais contra

- o Estado português, por incumprimento dos Artigos 5º e 6º da Carta Social Europeia;

- A petição para revisão do RAMMFA, que originou a resolução 70/2019 da AR para fazer essa revisão, a qual, até hoje, nunca foi respeitada;

- Apesar de no EMFAR ter sido corrigido

o *‘dever de isenção política’* dos militares para *‘dever de isenção partidária nos termos da Constituição’*, esse anacrónico dever de isenção política mantém-se no RDM, que é o documento legal usado para os punir;

- O subsídio por morte, que não chega para pagar as despesas com o funeral do militar falecido;

- O chamado *‘caso Mondego’* e o facto de os camaradas terem recebido boletins de vencimento a zero;

- A falta de condições do HFAR, exemplificando com o caso recente dum camarada que teve de ser evacuado do NRP Francisco de Almeida e não foi recebido naquele estabelecimento de saúde militar por falta de condições para o assistir. Por exemplo, não tem uma máquina de ressonância magnética;

- A desvalorização funcional dos Sargentos da Armada;

- A não resolução de situações de não atribuição de subsídios (inactivadores de engenhos explosivos, Suplemento de Serviço Aéreo, suplementos de missão...).

As delegações da ANS sublinharam ainda que a resolução dos problemas de falta de atractividade, de recrutamento e de retenção nas FFAA, passam por avançar no sentido da resolução dos vários problemas expostos.

As audiências decorreram com os deputados/assessores seguintes:

- 28MAI2024 – GP PS: Deputados Luís Dias, coordenador do PS para a área da DN, membro da Comissão de Defesa da AR (CDN-AR), e José Maria Costa, Vice-Presidente da CDN-AR;

- 28MAI2024 – GP Livre: Assessora Marta Ramos, por indisponibilidade do

deputado Rui Tavares, coordenador do Livre para a área da Defesa e membro da CDN-AR;

- 03JUN2024 – GP PCP: Deputado António Filipe, coordenador do PCP para a área da Defesa e membro da CDN-AR;

- 04JUN2024 - GP PSD: Deputados Carlos Reis, Liliana Reis, Dinis Faísca e Pedro Roque, e os assessores Fernando Corvelo e Miguel Inácio;

- 18JUN2024 – GP CH: Deputado Simões de Melo e assessor para a DN Jorge Pereira

- 18JUN2024 – GP IL: Assessor para a DN João Gomes (o deputado Rodrigo Saraiva esteve apenas para apresentar cumprimentos);

- 18JUN2024 – GP CDS-PP: Deputado João Almeida e assessor para a DN Pedro Trigo.

(À hora do fecho desta edição falta reunir com o BE, que ainda não respondeu ao nosso pedido, e com o PAN, que acusou a recepção do pedido, mas ainda não agendou data).

O trabalho associativo de reunir com os GP da AR para apresentação de problemas que afectam os Sargentos e suas famílias, bem como de propostas para os resolver, é um dos mais importantes ao nível institucional. A ANS manterá este diálogo com todos os partidos representados no Parlamento, sem excepção, pois ele é a *‘casa mãe’* da Democracia, onde se sentam os representantes eleitos pelo povo português. O que os deputados farão depois já não está nas nossas mãos. Mas nenhum deputado poderá alegar desconhecimento ou falta de informação sobre o panorama socioprofissional dos Sargentos das FFAA.▲

ANS recebida em audiência pelo SEADN

No passado dia 21MAI2024, pelas 16:00, uma delegação da ANS constituída por António Lima Coelho, Carlos Colaço, Rogério Graça e João Mata, respectivamente Presidente, Vice-Presidentes e Secretário da Direcção, foi recebida em audiência pelo Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN), Álvaro Castelo Branco, acompanhado do seu chefe de gabinete, António José Baptista.

Nesta acto, a delegação da ANS teve a oportunidade de apresentar ao SEADN as principais questões estruturais que afectam os Sargentos de Portugal e que estão reflectidas no Caderno de Aspirações actualizado na Conferência Nacional de Sargentos realizada a 18NOV2023.

Foram, ainda, destacados os principais problemas da actualidade, alguns deles que se vêm arrastando há demasiado tempo, nomeadamente a desvalorização funcional dos Sargentos na Marinha, o impasse na atribuição de um subsídio de ris-

co por inactivação de engenhos explosivos aos militares EOD do Exército ou, ainda, o inexplicável congelamento do suplemento de serviço aéreo na Força Aérea.

O SEADN foi ainda alertado para o estado de evidente incapacidade de resposta do HFAR no âmbito da saúde operacional e para a proposta de revisão salarial apresentada pela ANS na Comissão de Defesa Nacional.

Desta audiência foi possível ainda apurar a diferente interpretação que o SEADN faz da leitura das alíneas a) e b) do Artigo 2.º da Lei Orgânica n.º 3/2001, de 29AGO, Lei do direito de associação profissional dos militares, que, textualmente referem que as APM legalmente constituídas gozam do direito de *“integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica”*, bem como de *“ser ouvidas sobre as questões do estatuto pro-*



fissional, remuneratório e social dos seus associados”.

A audiência foi finalizada com a entrega do Caderno de Aspirações e da Proposta de Revisão e Alteração do Regime Remuneratório Aplicável aos Sargentos ao

SEADN e com a manifestação, por parte da ANS, da sua permanente disponibilidade para colaborar na procura de soluções para os problemas que afectam os militares em geral e, particularmente, os Sargentos de Portugal.▲



DIGNIFICAÇÃO DOS SARGENTOS: QUE FUTURO LHE RESERVAM?

A indignação é uma forma de resposta que assiste a qualquer cidadão, neste caso, a este militar que enverga um uniforme faz já 35 anos, 30 dos quais como Sargento do Quadro Permanente, tendo atingido o topo de carreira no final do ano transacto. E esta minha indignação diz respeito a alguns procedimentos observados ao longo do tempo no actual Curso de Promoção a Sargento-Chefe (CPSCH) ministrado no Centro de Estudos Aeronáuticos (CEA) da Academia da Força Aérea (AFA), na Granja do Marquês.



Quiseram as chefias da Força Aérea Portuguesa (FAP), faz alguns anos, que o CPSCH que até então era ministrado no Centro de Formação Militar e Técnica da Força Aérea (CFMTEFA), na Ota, fosse deslocado para a sua actual localização, argumentando que seria para dar mais dignificação à categoria e ao próprio curso (será mesmo assim?), retirando da OTA a referência que os nossos Sargentos e Praças tinham na sua chegada à instituição, fosse na qualidade de Regime de Contrato ou ingresso no Quadro Permanente. O resultado dessa perda de referências, de valores e de princípios que devem nortear os Sargentos e as Praças, está hoje mais do que estudado, devidamente fundamentado e registado, com os efeitos perniciosos sobejamente conhecidos pela Chefia, que é quem tem o dever de tutela, consagrado na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar (LBGECM) de 1 de Junho de 1989.

Operada a mudança da localização do CPSCH, por lá continua, ainda que pelo caminho a forma de avaliação também tenha sido substancialmente alterada, com os efeitos que daí surgiram e onde alguns camaradas foram de forma inequívoca prejudicados, pois onde no passado, obter uma nota final de curso de 14 valores era considerado suficiente para a aprovação no mesmo, no presente obter essa ou uma nota superior, pode representar uma diferença assinalável, em termos de carreira futura.

Não obstante estas disfuncionalidades, por lá têm andado muitas dezenas de camaradas Sargentos, ou centenas, e desde meados de 2018, já sabedores das novas regras. Para dar forma ao CPSCH, surgiram as normas em forma de Regulamento e Programa, e foram aprovados superiormente o PDINST 141-4 (I) Programa do Curso de Promoção a Sargento-Chefe,

na versão atual de Janeiro de 2022 e o RDISNT 140-2(H) Regulamento Escolar do Curso de Promoção a Sargento-Chefe, na versão de Fevereiro de 2017.

É neste RDINST 140-2(H) que ficou estipulado qual a organização e funcionamento do curso, a avaliação do mesmo, bem como as normas para execução do trabalho de projecto individual, peça fundamental para a conclusão do CPSCH. Ora é precisamente na execução e avaliação do trabalho de projecto individual que reside a problemática identificada por mim, no início desta prosa.

O que começou por ser um trabalho de projecto individual, por força de uma norma transitória (o que é isto de norma transitória?), imanada do Director de Formação em Setembro de 2023, por proposta do então Director do CEA, foi decidido aplicar ainda no último CPSCH de 2023, uma alteração, passando esse trabalho de projecto individual para trabalho de projecto individual de grupo, juntando 3 alunos em cada um. Ora, alterações desta magnitude, acabam por provocar distorções substanciais, entre camaradas do mesmo curso de Sargentos, pois naturalmente as avaliações terão tendência a ser muito diferenciadas.

Vários Sargentos-Chefes e Sargentos-Mores têm colaborado com o CEA, ao longo destes últimos anos, participando a maioria das vezes como arguentes nos trabalhos de projecto individual, ora participando como orientadores (onde se incluem também alguns Sargentos-Ajudantes, habilitados com o curso de Sargento-Chefe) de alguns dos nossos camaradas alunos do CPSCH. Estas tarefas de arguência e orientação dos trabalhos dos nossos camaradas, são extremamente desafiantes e fundamentais na carreira dos mesmos, pelo que é uma missão que desempenham com total disponibilidade empregando todo o seu saber e experiência. É reconfortante chegar ao fim de uma tarefa destas e ver que a missão foi cumprida com sucesso, em que somos reconhecidos como participantes activos no desenvolvimento das carreiras de muitos dos nossos camaradas.

Neste último CPSCH, que finalizou no passado dia 26 de Junho, apenas um dos grupos de três alunos tinha como orientador um Sargento-Chefe. Inicialmente esse grupo de orientandos iria ter como arguente um Oficial subalterno. Um dos outros grupos teria como orientador um Oficial superior e inicialmente como arguente, um Sargento-Chefe. Por ordem superior (do TGEN Comandante de Pessoal) foi transmitido ao CEA que teria de haver uma alteração às listas das arguências, por forma a que não houvesse nenhum Sargento a fazer arguência do trabalho de projecto de um grupo que

tivesse como orientador um Oficial. Por força desta alteração, o trabalho de projecto individual que tinha como orientador o Sargento-Chefe, passou a ter como arguente à última da hora, um Sargento-Chefe com qualificações na área onde o trabalho realizado pelos alunos se enquadrava.

Ora, é esta falta de respeito que nos é transmitido por quem nos devia mais respeitar. Então é considerado indigno que um Sargento-Chefe ou Sargento-Mor, seja um arguente com comprovadas capacidades para avaliar um trabalho de projecto quando o mesmo é orientado por um Oficial do QP de qualquer patente? O nosso TGEN acha que é impróprio um Oficial ser escrutinado por um Sargento, quando actualmente até existe um número considerável de camaradas Sargentos, com várias licenciaturas e doutoramentos, concluídas externamente, com evidente reconhecimento, em detrimento dos mestrados de academia em ciências militares cujo valor académico suscita inúmeras dúvidas.

Além de uma enorme falta de respeito para com os Sargentos, trata-se de um evidente incumprimento das normas, pois em nenhuma daquelas duas normas (superiormente aprovadas pela Chefia da FAP) está especificado que caso o orientador seja um Oficial, o arguente não pode ser Sargento, mesmo possuindo evidentes qualificações académicas e militares. Apenas é referido que o orientador e o arguente têm de ser ambos do Quadro Permanente.

Tudo isto é muito revelador na forma como os Sargentos ainda são vistos por alguns dos nossos distintos Oficiais, no que diz respeito às qualificações académicas.

“Repere nas atitudes, elas mostram mais que as palavras”, é uma frase batida por alguém e que serve de mote para uma reflexão profunda do assunto.

São estas atitudes que definem muito do que se vive actualmente nas nossas Forças Armadas.

São estas atitudes que levam os nossos camaradas Sargentos a questionar se realmente ainda vale a pena vestir este uniforme que orgulhosamente envergam e cumprir a missão que lhes está atribuída.

Mas são estas atitudes que nos dão ainda mais força para nos mantermos coesos e lutarmos contra esta e outras injustiças com que diariamente somos confrontados.

Na vida devemos seguir estas máximas: **A humildade de não se sentir superior a ninguém; A coragem para enfrentar qualquer situação e A sabedoria para ficar quieto diante da pequenez de certas pessoas.**

Os Sargentos da Força Aérea saberão responder com elevação e nobreza a estas dificuldades que lhe estão colocadas, hoje e no futuro.

Autor Devidamente Identificado ▲

APM solidárias com a Função Pública



A Frente Comum (Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais) convidou as Associações Profissionais de Militares (APM) para participarem na “Jornada Nacional de Luta” promovida por aquela organização sindical em 17MAI2024, em Lisboa.

A jornada foi levada a cabo através de uma manifestação entre a Praça da Figueira e o Ministério das Finanças onde, na concentração aí realizada, António Lima Coelho dirigiu uma mensagem, em nome das APM, enquanto legítimos representantes dos trabalhadores e cidadãos em uniforme, aos trabalhadores em funções públicas. ▲

40 anos de vida da Delegação nº 1 do CSA



Com o salão cheia de convidados, associados e amigos, realizou-se no passado dia 5 de Maio a sessão comemorativa do 40º aniversário da Delegação nº 1, do Clube de Sargento da Armada (CSA), no Feijó.

Cerimónia com alegria, mas também com confiança e entusiasmo, reflectindo o orgulho dos associados, na sua obra maior, o seu clube, pelo número e valor das entidades representadas reflecte também o respeito e prestígio que o CSA tem granjeado.

A ANS, representada por Rogério Graça, Vice-presidente da Direcção, apresentou as felicitações pela efeméride, desejando muitos sucessos ao Clube, seus dirigentes e massa associativa, e reiterou a disponibilidade para continuarmos a trabalhar conjuntamente em prol da dignidade e dos direitos dos Sargentos: o CSA na sua vertente sociocultural e a ANS no âmbito socioprofissional, levando cada vez mais longe o nome e as obras dos Sargentos de Portugal. ▲



Manuel Custódio de Jesus RECONHECIMENTO MERECIDO

No passado dia 24 de Junho foi atribuída a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção Cidade de Almada ao nosso camarada Manuel Custódio de Jesus “*pelo seu distinto serviço público à cidade de Almada e às suas gentes, e luta incansável pela causa da Liberdade, ao longo de várias décadas*”



O ‘Manel’, como é conhecido entre nós, histórico lutador e dirigente do Movimento Associativo dos Sargentos de Portugal, foi um dos fundadores e antigo dirigente da ANS, para além de ter sido um dos mais influentes camaradas na fundação do Clube do Sargento da Armada (CSA), o ‘menino dos seus olhos’ (e no qual, surpreendentemente, nunca exerceu qualquer cargo de Direcção). Não esquecendo o seu trabalho nas Colectividades e no movimento associativo da sua Almada de adopção (nasceu em Aljustrel, no Alentejo), a nós, Sargentos, cabe uma palavra de apreço e regozijo pelo seu papel de lutador pelas causas da dignificação da Classe.

Sargento-Mor da Armada, há muito na situação de Reforma, nunca deixou o seu trabalho ser feito por mãos alheias. Muito ao contrário sempre foi, e continua, um agitador, um mobilizador e um lutador empenhado em construir pontes de união e valorização do papel dos Sargentos na Marinha e nas Forças Armadas, mesmo nos tempos difíceis do fascismo. Faz todo o sentido assim, e isso mesmo foi reconhecido por decisão unânime da Câmara Municipal de Almada, quando passam 50 anos sobre o 25 de Abril de 1974, condecorar o Manel Custódio.



Em 2018, quando os camaradas do CSA em boa hora resolveram homenageá-lo (que as homenagens devem fazer-se em vida) pelo seu 80º aniversário, o modesto Manel disse, nas palavras que dirigiu aos mais de 100 amigos e camaradas presentes, que esteve para recusar aquela home-

nagem. Disse ele, na altura: “*Sempre fui contra estas homenagens [...]. No entanto, tenho presente aquele ensinamento, de um nosso mestre, que para situações concretas, soluções concretas! Reflecti bastante, sobre ela e... Como os militares, em geral, e os Sargentos em particular, vivem momentos difíceis, muito difíceis mesmo, se não estiverem unidos, ainda mais difícil se tornam, logo, como esta iniciativa poderá contribuir para a unidade na diversidade [sublinhado nosso] [...] não a podia mesmo recusar [...].*” Ou seja, como a homenagem podia servir para a continuidade da luta, essa Luta pela Liberdade que sempre o norteou, então sim, aceitou que a homenagem lhe fosse feita. Quase que diríamos que desta vez, modesto como é, terá pensado o mesmo. Terá pensado em recusar, porque sempre foi contra homenagens...



Ainda bem que não o fez. Ainda bem que estas linhas podem ser escritas. O Manel merece-o e nós, por lhe devermos tanto, sentimo-nos orgulhosos de o ter como amigo e camarada. É que ele é um dos nossos, e aquela medalha pela Liberdade, também é um bocadinho nossa.

Parabéns Manel! É um reconhecimento mais que merecido!

E amanhã, a Luta continua. E tu, todos sabemos que é assim:

“Quando é para ir, tu vais, tu estás
E ainda que digam não valer nada,
Contigo constantemente vale, camarada,

Seja na linha da frente, seja na trincheira atrás” ▲

Um Arsenal (AA) tecnicamente falido, de ideias [tal como a Defesa] há mais de 15 anos.

Em audição na Assembleia da República, o Ministro da Defesa Nacional, Nuno Melo, afirmou entre outras coisas, que “*recebemos um Arsenal do Alfeite tecnicamente falido*”.

Para os marinheiros como eu, que puderam ver o AA dentro da Marinha, como um corpo que, apesar das suas imperfeições, à época, estava em osmose com o tecido humano e material da Armada, servindo a suas necessidades em sintonia até com as imperfeições de ambas as estruturas, mas, onde à boa maneira do marujo, se desenrascava e até se trocavam obras para levar o barco a bom porto e concluir os necessários aprontamentos.



Nessa época, é verdade que os pavilhões estavam bem mais cheios de operários fabris, habilitados com conhecimento cimentado pela experiência, que em alguns casos, ombreava com a idade dos nossos navios. Hoje, o que vemos é uma pálida imagem desses tempos, onde as oficinas até fazem eco e poucos são os elementos da classe operária face aos restantes serviços administrativos e de chefia tal como também foi constatado por sua Excelência, o Ministro.

Mas as diferenças não se ficam por aqui, são gritantes e ninguém as tem querido ouvir. Quando eu era ainda um jovem marinheiro, o AA tinha de facto as suas “manhas”, o pessoal também as tinha pois era comum esticarem os dias para realizar umas horas extra e, assim, compor os salários que, sem essas horas extra, eram na sua maioria muito modestos. O pessoal falava, mas, a obra era feita. A Marinha transferia do seu orçamento anual para o AA o montante que satisfazia as necessidades orçamentais do ano, os sobressalentes para as reparações eram fornecidos pela Direcção de Abastecimento (DA) e até alguns equipamentos de áreas técnicas eram transferidos para o AA quando vinham para a Marinha devido a aquisições de navios pois, tudo era Marinha e, mesmo com imperfeições e queixas de parte a parte, todos se ajudavam, em cada oficina havia um apoio para o marujo mais experimentado até ao mais inexperiente, pois tudo era Marinha e até permitia integrar os jovens técnicos da Marinha na ofi-

cinas da antiga GOAME para aprenderem, na prática, as lides da sua especialização.

Em 2009, o poder político vislumbra o futuro (que é o actual presente) e com vista à empresarialização da sua actividade, estabelece o regime aplicável à extinção do Arsenal do Alfeite (Dec. Lei nº32/2009) e vemos no terreno o fim da era em que tudo era Marinha para a era do tudo é uma “Folha de Obra”, um “Pedido de Trabalho” e um imprevisto passa a ser um “Pedido de Trabalho Adicional”. As portas das oficinas deixam de estar tão abertas e disponíveis como antes, até pela pressão interna, os nossos amigos deixam de nos poder ajudar livremente, as soluções passam a ter um preço. Em simultâneo, pela Marinha, conduz-se progressivamente a uma racionalização dos custos, com uma escolha mais aturada das reparações a fazer para se poder gerir o orçamento face às necessidades, com escolhas e sacrifícios de algumas acções de manutenção. Do lado do Abastecimento, os anos em que os depósitos da DA estavam cheios de sobressalentes foram passando para depósitos cheios de prateleiras vazias com a dificuldade em satisfazer os pedidos de navios e das acções de reparação, aumentando a ineficiência das mesmas, em prazos e até na necessidade de retirar componentes a outros navios por falta de artigos novos, a era da “canibalização” que bem conhecemos na gíria do marujo.



Os anos foram passando com a complacência de vários actores, dentro e fora desta esfera, vimos chefias civis e militares compactuar com as agendas políticas. As decisões tripartidas resultaram sucessivamente na diminuição do capital operário, nas renovações das frotas de automóveis das administrações (que até eram faladas em função das marcas dominantes no parque) e na redução do número de navios que eram reparados no Arsenal, quer seja por incapacidade técnica do AA, por incapacidade logística ou por incapacidade financeira.

A soma destas incapacidades que se agregaram e agudizaram desde 2009 vêm ao presente que é constatado perante a audição de sua excelência na Assembleia da República. Como se não houvesse culpa de “muitos cartórios” ao longo dos anos!

Autor Devidamente Identificado ▲



50 ANOS DO 25 DE ABRIL

“O processo democrático pós 1974 e a consolidação do Sistema Nacional de Protecção Civil”

A Associação Nacional de Sargentos, representada por João Mata (Secretário da Direcção) e Miguel Moita (Vogal do Conselho Fiscal), esteve presente na sessão evocativa dos 50 Anos do 25 de Abril, do XIV Ciclo de Debates Tecnologia e Sociedade, dedicada ao tema “O processo democrático pós 1974 e a consolidação do Sistema Nacional de Protecção Civil”, numa organização da Universidade Lusófona (UL).

O debate, moderado pelo Professor Artur Costa, Director do Departamento de Protecção Civil da Faculdade de Ciências Naturais, Engenharias e Tecnologias da UL, contou com a participação, na condição de oradores, do Dr. Duarte Caldeira, Presidente do Conselho Directivo do Centro de Estudos e Intervenção em Protecção Civil e membro da Direcção do Instituto Direito e Segurança;



do Comandante Manuel Velloso, Coordenador-Chefe da ANAFS e Antigo Director de operações do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil; do Padre Victor Melícias, primeiro presidente do Conselho Nacional dos Serviços de Incêndios depois do 25 de Abril, e ainda do Presidente da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil, BGEN Duarte da Costa.

Das exposições dos oradores resultou uma retrospectiva da evolução da Protecção Civil em Portugal, com origem no momento da Revolução de Abril de 1974 até à actualidade, tendo culminado no que se perspectiva para o futuro.

Seguidamente, iniciou-se um período de debate onde foi dada a oportunidade à plateia de apresentar diversas questões que enriqueceram a troca de informações. ▲



ACR comemora na Casa do Alentejo

Na noite de 24 de Abril de 2024 a Associação Conquistas da Revolução (ACR), realizou um jantar na Casa do Alentejo, em Lisboa, em celebração dos 50 anos do 25 de Abril.

A representação da ANS esteve a cargo de Manuel Canongia Dias, Vogal da Direcção.

Para além do jantar comemorativo, os convidados e os associados da ACR foram prendados com uma sessão de poesia alusiva à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Igualmente de realçar foi a intervenção do Presidente da Direcção da ACR, Major-General Jorge Aires, que relembrou e acentuou a importância, relevância e necessidade de manter vivos o espírito e os valores do 25 de Abril. A sua chama, a esperança gerada, a perspectiva e expectativa de uma vida melhor e em liberdade não se podem deixar extinguir nem se podem defraudar.

Manuel C. Dias ▲



ASPP/PSP assinala esta data histórica

A 24 de abril de 2024, três dias após se comemorarem os 35 anos do evento que ficou conhecido como “secos e molhados”, acto de péssima memória para a PSP e MAI e de vitória para as associações profissionais da Polícia, a Associação Sindical de Profissionais de Polícia/PSP (ASPP/PSP), realizou um almoço comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril no Centro Social Venezolano, em Nogueira da Regedoura, Aveiro.

Sob o lema “50 anos de liberdade, que não chegou à PSP; direito à greve já!”, a ASPP/PSP, realizou um almoço comemorativo do 25 de Abril, com a singularidade de se comemorarem 50 anos da revolução que devolveria a Liberdade ao povo português e instituiria um regime democrático em Portugal.

A ASPP, enquanto Associação representativa dos cidadãos trabalhadores em uniforme daquela força policial, contou com a presença, no evento, de vários profissionais de polícia e de entidades convidadas, entre elas a ACR, a APG-GNR, o SNCGP, a UGT/Aveiro, a USA/CGTP, o MDM, o GP do PCP. A ANS esteve representada pelo Vice-presidente da Direcção, João Ludovice da Silva.

Das várias intervenções, ressalva-se a importância do 25 de Abril para todas as estruturas ali presentes, principalmente pela possibilidade que trouxe de que ali se pudesse estar e, livremente, expressar as várias opiniões.

Contudo, concluiu-se que ainda muito há por fazer e, como referiu o Jorge Sarabando, da ACR, “a democracia é uma construção, a história nunca está acabada”, pelo que é necessário reforçar a luta e o caminho que nos



levará, plenamente, a ela.

Mais uma jornada de luta no caminho para uma dignificação, não só dos cidadãos e trabalhadores em uniforme, mas do nosso povo, que se revê nestes cidadãos como um garante da nossa unidade enquanto Nação.

João L. Silva ▲





50 ANOS DO 25 DE ABRIL

Comemorar, participando na defesa de Abril



No ano em que se comemoram 50 anos sobre o 25 de Abril de 1974, foi de grande significado a participação na manifestação popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa, em que contámos com a participação de muitas dezenas de delegados de associações e sindicatos de diversos países europeus, membros da EUROMIL que realizou a sua 129ª Assembleia Geral em Lisboa.



Mas não só! Foi igualmente importante participar em muitos dos variados eventos que se realizaram por todo o País, como por exemplo, fazer palestras em escolas, tomar parte em homenagens a Militares de Abril já falecidos, acompanhar iniciativas de diversas organizações de carácter popular, social ou político.

Cumprindo uma tradição que já vem de alguns anos a esta parte, teve lugar a 20 de Abril, o almoço anual comemorativo do 25 de Abril, Dia da Liberdade, promovido pelas Associações Profissionais de Militares (APM) e pelos Clube do Sargento da Armada (CSA) e Clube de Praças da Armada (CPA), este ano com a particularidade de estarmos a assinalar os 50 anos da Revolução e



de estarmos empenhados na luta contra a perda de direitos e na defesa dos princípios e valores da democracia e da liberdade. De acordo com a rotatividade estabelecida, este ano a entidade coordenadora foi a AOFA.

Por decisão colectiva das cinco estruturas, o almoço realizou-se este ano nas instalações do INATEL, na Costa de Caparica.

O solidário convívio foi marcado pelas intervenções de Branco Baptista, Secretário Geral da AOFA, em nome das organizações promotoras do evento, e do orador convidado, o Capitão de Abril, CMG Caldeira dos Santos. Os representantes das autarquias convidados também dirigiram uma mensagem aos presentes.

Após as intervenções, seguiu-se um momento cultural a cargo do Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada, dirigido pelo Maestro Euclides Pio.



O evento terminou com a partilha de um bolo, um brinde aos 50 anos do Dia da Liberdade e o apelo à participação na manifestação popular na Avenida da Liberdade, em Lisboa. ▲



ANS presente nas comemorações no Porto

Inserido nas comemorações dos 50 anos da Revolução de 25 de Abril de 1974, decorreu no passado dia 24 de Abril um jantar convívio organizado pelo núcleo do Porto da ACR - Associação Conquistas da Revolução.

A ANS, representada por Hélder Costa, Vogal da Direc-

ção, teve o privilégio de estar presente no jantar que se realizou na Casa Diocesana do Seminário de Vilar, numa sala repleta de pessoas que defendem e transmitem os valores de Abril, e onde houve a oportunidade ainda de se assistir às intervenções do Comandante Abel Tavares,

militar de Abril, da Prof.ª Suzana Ralha e da evocação musical referente à data por parte do jornalista Pedro Tadeu.

Após o jantar, os participantes mobilizaram-se para a Avenida dos Aliados e juntaram-se às festividades que lá decorriam, assinalando os 50 anos da "Revolução dos Cravos". ▲





35 anos na Defesa dos Sargentos! 33 anos a Informar! Homenagem Sentida!

A Associação Nacional de Sargentos (ANS) comemorou no passado dia 22 de Junho, na Casa do Alentejo, em Lisboa, trinta e cinco anos de existência e trinta e três anos da nova vida do jornal "O Sargento", órgão oficial da ANS.



Trinta e cinco anos de uma existência plena de sentido na defesa dos direitos dos Sargentos. Enfrentando incompreensões, perseguições e mesmo castigos, os Sargentos nunca baixaram os braços nem viraram a cara à luta na defesa de um projecto em que acreditavam, e em que continuam a acreditar, porque foi e continua a ser urgente e necessário!

Trinta e cinco anos volvidos, a ANS continua a afirmar-se como defensora e legítima representante dos Sargentos de Portugal, no plano da representação institucional dos seus associados, com carácter assistencial, deontológico, sócio-profissional, tendo inclusivamente o direito (raramente cumprido e respeitado) de integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica, para além do direito de ser ouvida sobre as questões do estatuto profissional, remuneratório e social dos seus associados.

Na presença de inúmeros convidados, amigos, associados e da mulher e filhos do nosso camarada Mário Pereira, as comemorações decorreram com genuína camaradagem e profunda solidariedade, num clima de grande sobriedade, mas também, de enorme emoção.



Na intervenção de encerramento, Lima Coelho, presidente da Direcção, não deixou de fazer a denúncia das

situações que continuam a arrastar-se, sem soluções, levando ao desencanto, à frustração e à vontade de abandonar as fileiras, reforçando o efectivo problema de falta de atractividade e de retenção nas Forças Armadas, mas reiterou a disponibilidade, a necessidade, a urgência de lutar na defesa das condições dos militares em geral e dos Sargentos e suas famílias, em particular.

Álvaro Martins, Director do jornal "O Sargento", recordou que a vida deste jornal já é uma vida muito, muito longa, remontando o seu primeiro número a Junho de 1888, na altura em que o jornal era o "Semanário dos Músicos e Sargentos do Exército".

Elemento fundamental e muito influente no seio das hostes republicanas, teve papel determinante nas movimentações que conduziram à "Revolta do Porto de 31 de Janeiro de 1891", a primeira tentativa de implantação da República.



Com a revolta derrotada, o jornal foi proibido e encerrado. Em 1991, no centenário deste acto revolucionário, a ANS, então com dois anos de vida, adquiriu e registou o direito do título, tornando-se assim o jornal "O Sargento" o órgão oficial da ANS. E nunca mais deixou de ser publicado, significando um grande, mas mais do que justificado esforço. Os Sargentos passaram a ter um órgão de comunicação social que não está sujeito "às leis do mercado" nem aos ditames e imposições de quaisquer grupos económicos. O jornal "O Sargento" constituiu-se como a voz dos Sargentos, sendo distribuído gratuitamente a todos os sócios com a situação de quotização em dia, às unidades militares, bem como a diversas entidades e instituições. No dizer de um Oficial com elevadas responsabilidades, há alguns anos atrás, "nalguns círculos, o vosso jornal não é lido. É estudado!"

Para este acto comemorativo, a ANS entendeu ser o momento certo para proceder a uma singela, mas sentida homenagem ao camarada Mário Pereira, Presidente do Conselho Fiscal, falecido em 2 de Fevereiro passado.

Foi então decidido que o texto preparado para o efeito, que transcrevemos abaixo, na íntegra, seria apresentado pelo mais jovem elemento dos Órgãos Sociais, Manuel Canongia Dias, Vogal da Direcção, Segundo-Sargento em Regime de Contrato, militar do Exército Português.



*"Excelentíssimos convidados,
Estimados e estimadas camaradas,
Amigos e amigas:*

Evocamos hoje, no 35º aniversário da ANS, Mário António Rodrigues Correia Pereira, Sargento-Mor do Exército, da Arma de Transmissões, nascido em 26AGO1963 na freguesia de Marinhais, concelho de Salvaterra de Magos, partiu no passado dia 02FEV2024, em plenas comemorações do "31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento"!

Casado com a Sra. Edla Maria Carvalho Neves Pereira. Desse casamento nasceram dois filhos, o João Rafael Neves Pereira e o Alexandre Emanuel Neves Pereira.

Foi incorporado no Exército em 16 de Janeiro de 1984, iniciou a frequência do XIV Curso de Formação de Sargentos em 07OUT1986 e concluiu em 08AGO1987, sendo promovido a Segundo-Sargento na mesma data.

Percorreu toda a carreira até ao posto máximo, sendo promovido a Primeiro-Sargento em 08AGO1990, a Sargento-Ajudante em 11MAR1997, Sargento-Chefe em 21OUT2010 e atingiu o posto máximo, Sargento-Mor, em 14 de Outubro de 2018.

Na sua folha de serviços constam oito louvores, uma referência elogiosa e sete condecorações, nomeadamente a Medalha de Comportamento Exemplar, nos seus três graus, a Medalha de Mérito Militar 4ª classe, a Medalha D. Afonso Henriques 4ª classe, a Medalha Comemorativa das Comissões de Serviço Especiais e a Medalha ONU.

A sua coragem e integridade levaram-no a ser eleito pelos seus camaradas para o Conselho da Arma de Transmissões, pela confiança que estes depositavam nele na análise isenta dos processos individuais e elaboração de listas de promoção.

Passou à situação de Reserva em 24DEZ2018 e à situação de Reforma em 22FEV2023.

Seria, no entanto, demasiado redutor limitar a vida do Mário, como gostávamos de o chamar, à apresentação da sua carreira militar, pois a sua dimensão de Homem e Cidadão extravasa em muito a sua vida profissional, assumindo-se sempre como um cidadão de corpo inteiro, intimamente ligado à comunidade onde se integrava e no movimento associativo profissional militar a que aderiu desde a primeira hora.

Adepto das actividades desportivas, integrou e dinamizou equipas de atletismo entre militares e civis, sempre como elemento agregador de vontades, fomentando a amizade e a camaradagem, foi também dirigente do



Clube de Lazer, Aventura e Competição do Entroncamento – CLAC, dando o seu importante contributo para o desenvolvimento deste clube sempre ao serviço da comunidade.

Sócio da Associação Nacional de Sargentos desde a sua fundação, registado com o número 56, desde sempre se dedicou a esta causa como delegado nas unidades onde prestou serviço e principalmente como membro dos Órgãos Sociais ao longo de 11 mandatos, perfazendo um total de 21 anos de dirigente associativo tendo ocupado vários cargos como Vogal e Secretário da Direcção, Vice-presidente da Assembleia Geral, Relator do Conselho Fiscal e finalmente, Presidente do Conselho Fiscal nos últimos três mandatos, cargo que ocupava à data do seu falecimento.

Pelo referido, percebemos rapidamente que a passagem pela vida do nosso camarada e amigo Mário não se enquadra nos cada vez mais presentes egoísmo e passividade que se vão instalando na sociedade, com efeitos perniciosos.

Extremamente responsável no exercício dos cargos que ocupou, consciente das suas responsabilidades que nunca deixou de assumir e cumprir, mesmo nos momentos mais difíceis do combate à doença que estoicamente enfrentou, mas que não logrou vencer, constitui para nós um exemplo de abnegação e disponibilidade para servir, que devemos, todos, fazer um esforço para seguir.

Estudioso dos assuntos socioprofissionais, conhecedor da legislação militar, sempre contribuiu para a produção de documentos oficiais da ANS, na elaboração de artigos para o nosso jornal “O Sargento”, assim como na apresentação de respostas a inúmeros camaradas que se dirigem à nossa associação para obtenção de informação e aconselhamentos.

A sua capacidade de mobilização e organização levaram-no de forma natural a ser um elemento fundamental nas diversas organizações de eventos na sua zona de residência, de onde se destacam as comemorações anuais do 31 de Janeiro, Dia Nacional do Sargento, o qual temos muita pena que não tenha visto, em vida, a consagração oficial desta data pelo poder político. Será lembrado certamente por todos nós, no dia em que tal venha a ser reconhecido, “quer queiram, quer não queiram”!

O Mário sempre colheu a amizade daqueles que com ele conviviam, independentemente do âmbito, tendo sempre um conselho, uma palavra amiga, um sorriso suave e um abraço fraterno disponível para os que atravessavam dificuldades.

Por todos estes motivos elencados, o Mário será sempre lembrado com enorme saudade por todos nós, pois como diz Antoine de Saint-Exupery no seu livro O Pequeno Príncipe, “Aqueles que passam por nós não vão sós. Deixam um pouco de si, levam um pouco de nós”.

Até um dia, camarada Mário Pereira!

Nós por aqui vamos continuar a nossa, a tua, luta!”

No seguimento desta homenagem, recebemos da mulher e dos filhos do Mário Pereira, as mensagens que, com a devida permissão, publicamos de seguida:



Caros Amigos,
Foi linda a homenagem que fizeram ao meu “Marocas”. Tenho um orgulho enorme em dizer que o Mário foi o meu marido, um coração gigante, um amigo sem igual. Bonitas e sentidas palavras. Ontem parecia que o estava a ouvir dizer “Lélé, hoje tenho reunião com os meus amigos, os meus camaradas. Ou junto cedo ou só depois da reunião”.

Tinha um orgulho imenso em pertencer à família ANS. Obrigado por fazerem parte da nossa vida. Adorei o que nos fizeram, estava perfeito. Obrigado por partilharem estes momentos comigo e com a minha família. Está muito difícil lidar com isto, é um vazio sem igual. Sempre que precisarem de mim estou aqui.

Tenho um orgulho enorme de pertencer ao Exército, o melhor trabalho que tive até ao dia de hoje. Pedi a mobilidade para estar perto do Mário quando vi a situação a piorar. Posso dizer que o Regimento de Manutenção é a minha família do Entroncamento. O meu suporte emocional.

Beijinhos para todos vós com um desejo de muito sucesso.
Edla Pereira

Caros Amigos,

Antes de mais, quero agradecer a forma como a ANS tem prestado apoio à minha família, desde o primeiro dia, e todo o reconhecimento do papel activo que o meu Pai teve ao longo da sua carreira, ligada ao associativismo, tentando de forma elevada, honrar a carreira militar e em especial a dos Sargentos.

O dia de ontem, foi, sem dúvida, um dia muito bonito e cheio de significado. Pelos 35 anos da Associação Nacional de Sargentos, 33 anos do jornal “O Sargento” e de viver e sentir o meu Pai.

Acompanhei-o, noutros momentos comemorativos da ANS, na Casa do Alentejo. O espaço, o momento, e estar com os amigos e camaradas do meu Pai, foi muito reconfortante e que me encheu de orgulho pelo legado que nos deixa.

No final da sessão, mencionaram um trecho de uma canção de Jorge Palma, que vos caracteriza pela força e resiliência, e que o meu pai tinha como princípio, mesmo nas fases mais desafiantes.

“Enquanto houver estrada para andar, a gente vai continuar.”

Força, e continuação do excelente trabalho!

Um Forte abraço,

João Pereira

Amigos e camaradas,

Um muito obrigado pela sentida homenagem feita ao meu Pai, cheia de significado e que a mim muito orgulhou de presenciar. O projecto que têm construído ao longo dos anos na ANS, com o vosso árduo trabalho e sobretudo com um grande sacrifício da vossa vida familiar e profissional, trouxe sempre muita realização ao “Marocas”. O sentimento de pertença, a solidariedade, a camaradagem e sobretudo a amizade que tinha por todos vós, fê-lo querer sempre MAIS e MELHOR para todos os Militares e Sargentos de Portugal.

Encontrou na ANS a família que escolheu, Amigos e Irmãos de Armas que tiveram lado a lado, ombro a ombro, investidos não só na Luta pela melhoria da condição militar, bem como na Luta contra o cancro.

A emoção por mim sentida no dia de ontem, trouxe uma saudade imensa, mas por outro lado uma felicidade muito grande pelo merecido reconhecimento da vida que o meu pai levou.

A organização do evento, o espaço onde se realizou, a vossa hospitalidade e atenção que nos foi dada, fez-nos sentir muito especiais! De coração cheio, tenho o desprazer de plagiar o que ontem foi proferido! “A vossa

ASSOCIAÇÃO É LINDA!”. Parabéns ANS!

Muito Obrigado, caros amigos.

Um grande e sentido abraço,

Alexandre Pereira

A cerimónia prosseguiu com um momento de grande significado. A apresentação de poesia feita por um amigo da ANS, o poeta e declamador Gil Marovas, alusivas ao facto de estarmos também a assinalar e a comemorar os 50 anos da Revolução de Abril.



O acto comemorativo dos trinta e cinco anos da ANS, dos trinta e três anos do jornal “O Sargento” e da homenagem ao camarada Mário Pereira, terminou com um beberete e o bolo de aniversário que, por razões óbvias, não foi acompanhado pelo cantar de parabéns. Como não poderia deixar de ser, para partir o bolo foi feito o convite à mulher e aos filhos do Mário Pereira, em mais um momento carregado de emoção e enorme simbolismo: nesta nossa comemoração, o Mário esteve sempre presente. Até ao fim! ▲





Nos 50 anos do 25 de Abril, EUROMIL realiza a 129ª Assembleia Geral em Lisboa



Depois das dezenas de delegados de vários países europeus, membros da EUROMIL, integrarem a manifestação popular do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, assinalando os 50 anos da Revolução, transportando uma faixa em que afirmam que “*Estamos ao lado dos nossos camaradas portugueses*”, estes delegados e dirigentes de associações e sindicatos militares europeus participaram, no dia 26 de Abril, na 129ª Assembleia Geral da EUROMIL (129AG), realizada em Lisboa por proposta das três associações profissionais de militares portuguesas (ANS, AOFA e AP), todas elas membros desta organização europeia de associações e sindicatos militares que se constituíram como anfitriãs na comemoração desta data de tão grande significado para os portugueses, para a Europa e para o Mundo.



O Presidente da EUROMIL, Emmanuel Jacob, abriu a conferência dando as boas-vindas aos membros e sublinhando a importância do 50º aniversário da Revolução dos Cravos, um acontecimento significativo na história de Portugal, e reconhecendo o papel crucial desempenhado pelos militares nesse acontecimento. Neste contexto, o Presidente sublinhou a necessidade de sincronizar os direitos de cidadania, profissionais, sociais e assistenciais dos militares em toda a Europa, especialmente tendo em conta os desafios enfrentados pelos militares no actual ambiente de segurança.

Ao sublinhar a importância das Orientações Estratégicas da UE e da Capacidade de Destacamento Rápido, Emmanuel Jacob alertou que estes debates não devem centrar-se apenas nas capacidades industriais, mas também nos homens e mulheres que servem nas forças armadas, garantindo a igualdade de oportunidades, abordando os desafios enfrentados pelas mulheres nas forças armadas e promo-

vendo a diversidade e a inclusão.

A Declaração da EUROMIL adoptada por unanimidade pela 129AG sublinha que os militares ucranianos devem ser considerados como cidadãos em uniforme e que o pessoal militar e os veteranos devem fazer parte da reconstrução da Ucrânia para um futuro pacífico e próspero.



Foi de especial importância o painel de debate dedicado ao diálogo social. Jörg Tagger, Chefe da Unidade de Diálogo Social

da Comissão Europeia, que participou via vídeo pois não lhe foi possível deslocar-se a Lisboa nesta ocasião, salientou o papel do diálogo social no contexto europeu, falando sobre a sua evolução e funcionamento. Apresentou os comités sectoriais



europeias.

Nadja Salson, da Federação Europeia dos Sindicatos da Função Pública (EPSU), apresentou o trabalho da sua organização enquanto parceiro social reconhecido. Reiterou a importância da negociação colectiva, tanto a nível nacional como europeu, e apresentou os pré-requisitos e o quadro jurídico do diálogo social da UE. Salientou que, recentemente, foram feitas tentativas para um acordo sectorial sobre o teletrabalho e o direito a desligar.

Após esta introdução, Nadja Salson abordou os desafios e as oportunidades no sector da defesa. Mencionou as dificuldades de relacionamento com as administrações públicas e a necessidade da existência de comités de diálogo social a todos os níveis. Lamentavelmente, os governos afirmam muitas vezes que o debate sobre os direitos dos militares se destina aos Ministérios da Defesa. Apesar disso, é necessário continuar a insistir na luta pelos direitos dos cidadãos e trabalhadores em uniforme.

Para além de uma apresentação pelos delegados húngaros sobre a situação sensível que se vive actualmente no plano do sindicalismo militar no seu país, a 129AG prosseguiu com os trabalhos, nomeadamente com a aprovação da adesão de duas associações italianas, com a apresentação dos relatórios nacionais dos membros da EUROMIL. De um modo geral, os membros trocaram opiniões sobre questões de interesse comum, como o equipamento do pessoal, a aplicação da Directiva relativa ao tempo de trabalho nas Forças Armadas e os salários.

A Assembleia Geral também concluiu um debate interno sobre o papel da EUROMIL num ambiente geopolítico em mudança, que tinha sido inaugurado durante a 126ª Assembleia Geral em Berlim, Alemanha. O resultado deste debate foi a adopção de uma declaração sobre “*padrões mínimos/aferição de desempenho*” para o pessoal militar.

Os delegados da EUROMIL voltarão a reunir-se na 130ª Assembleia Geral que terá lugar em Budapeste, na Hungria, no próximo mês de Outubro. ▲



existentes e o seu papel, bem como as medidas activas tomadas para reforçar o diálogo social e, além disso, sublinhou a importância de continuar a utilizar o Pilar Europeu dos Direitos Sociais e o seu plano de acção como uma boa orientação, especialmente quando se preparavam eleições





Visitas/Palestras nas Unidades

Visitar as Unidades Militares do país continua a ser uma actividade constante. Todos os Ramos e todas as Unidades. Autorizadas pelos respectivos CEM, as palestras sobre a ANS têm sido uma prioridade

07MAI2024

NA BA11, BEJA

Recebida pelos SMOR Cândido Rodrigues e SMOR José Gago (e já depois da apresentação de cumprimentos ao Comandante da BA11, COR João Rosa) uma delegação da ANS (Lima Coelho, José Galvão, João Mata e Luís Bugalhão) apresentou a cerca de 80 camaradas a sua Associação, e qual o papel que ela desempenha na defesa dos direitos dos Sargentos de Portugal e das suas famílias.

Após a apresentação, os camaradas puderam ainda ver esclarecidas algumas dúvidas levantadas acerca dos direitos de cidadania dos Sargentos e sobre as acções que estes podem desenvolver, enquadrados pela sua associação de classe, nomeadamente no que respeita ao direito de manifestação; sobre o papel dos Delegados e seu contacto com a Associação, João Mata (Secretário



da Direcção, com anos de serviço na BA11) apresentou a sua disponibilidade para ser o principal ponto de contacto.

14MAI2024

NA BA5, MONTE REAL

Os SMOR Carlos Chambino e SCH José Gomes, receberam a delegação da ANS constituída por Lima Coelho, João Ludovice da Silva, Luís Bugalhão e Vitor Marques Alves. Por motivos de serviço do Comandante da base, COR Francisco Dionísio, não foi possível apresentar-lhe cumprimentos. Cerca de 50 camaradas assistiram à palestra e no final houve oportunidade de esclarecer algumas dúvidas sobre a ADM/IASFA, em que ficou bem explícita a noção de que a ADM é um corpo estranho no IASFA, para

além de ser uma injustiça o militar ter de pagar para manter a sua saúde, a que é obrigado e passível de procedimento disciplinar se o não fizer, ainda por cima 14 vezes num ano.

Após o almoço houve oportunidade de visitar o Clube de Sargentos, cuja gerência está a cargo da nossa Delegada Alice Moreira.

12JUN2024

NA BA8, MACEDA-OVAR

Lima Coelho, António Assunção, Luís Bugalhão e José Paulo Leitão constituíram a delegação da ANS recebida pelo SMOR Almiro Lopes e pela TCOR Catarina Carlos.

Cerca de 60 camaradas assistiram à palestra, entre os quais o Delegado da Associação na BA8, o 1SAR Bruno Melo, e foram muito participativos, tendo colocado várias dúvidas e questões relacionadas com os problemas que afectam os Sargentos e a Família Militar: as reformas dos militares serão, no futuro, de montante sensivelmente igual a metade do vencimento que os militares auferem no Activo/Reserva; a importância dos números, isto é, quantos mais sócios a ANS tiver, mais força terá; passagem dos militares inscritos na Segurança Social para a Caixa Geral de Aposentações; como é o novo MDN, Nuno Melo, se já recebeu a Associação e o que disse; preocupação por ver que, politicamente, os MDN têm cada vez menos peso no elenco governamental e que isso concorre para a degradação da Condição Militar.

No final, antes de um breve resumo da palestra feito pela TCOR Catarina Carlos,



o SMOR Almiro Lopes presenteou a delegação com um livro sobre o antigo AM1 e um quadro com uma gravura dos novos helicópteros UH-60 Black Hawk, sediados naquela Base.

Muitas das dúvidas, questões e observações colocadas pelos camaradas destas três Unidades da Força Aérea foram respondidas/esclarecidas. Desse modo, no contexto destas palestras, foi enfatizado o papel da ANS enquanto representante legítima dos Sargentos de Portugal e a necessidade de todos se unirem em seu torno.

Enquanto missão para esclarecer, desmistificar e promover o associativismo socio-profissional de Sargentos, em todas as sessões Lima Coelho ofereceu, para o acervo bibliográfico destas Bases, o livro "Militares e Associativismo", de Jorge Manuel Caldeira Aires.

Na altura do fecho desta edição já estão em fase de preparação mais visitas a Unidades dos três Ramos das FFAA. ▲



Protocolos ANS - Para associados e familiares da ANS

A ANS na tentativa de criar um leque cada vez mais vasto de vantagens para os seus sócios, tem vindo a estabelecer um conjunto de protocolos com diversas empresas, na área da aquisição de serviços e produtos, em condições de desconto mais ou menos significativo. A lista pode ser enriquecida se os próprios sócios pro-

puserem novos protocolos, mesmo que locais, que a ANS apreciará e estabelecerá, caso sejam considerados vantajosos.

Muito embora a ANS não tenha qualquer responsabilidade em caso de incumprimento de um protocolo por parte de uma dada empresa, agradecemos informação dos camaradas se for

o caso, para tomarmos uma decisão adequada. Para obteres mais informações, consulta a nossa página Web em

www.ans.pt

ou no Facebook em

www.facebook.com/ANSargentos

NACIONAIS:

- CRUZ VERMELHA PORTUGUESA
- GLASSDRIVE
- INSTITUTO QUINTINO AIRES
- EMARA TRAVEL
- CLÍNICAS LEVITATE
- INSTITUTO DE MEDICINA TRADICIONAL
- FITOCLINIC
- FITNESS HUT

ZONA NORTE:

-RIVA OFFICE

ZONA CENTRO:

- CENTRO MÉDICO DE COIMBRA
- CLÍNICA DE FISIOTERAPIA CEMEFI
- CLÍNICA DENTÁRIA DENTINHOS E DENTES
- ÓPTICA DA MALVEIRA

- VALLE DOS REIS – RESIDÊNCIAS SÉNIOR ASSISTIDAS

- GENÉRICO AUTO - COMÉRCIO DE PEÇAS, LDA

- FERNANDÓPTICA, LDA

-AMERICANA -PAPELARIA SA (LEIRIA)

ZONA SUL:

- FARMÁCIAS PROGRESSO (www.farmacias-progresso.pt)

- FARMÁCIA IMPERIAL - LISBOA

- GABINETE DE PSICOLOGIA MESTRE FRANCISCO PEREIRA

- AGÊNCIA FUNERÁRIA ETERNA TRINDADE

- RESIDÊNCIAS ASSISTIDAS PORTO SALUS

- CLÍNICA DENTÁRIA DENTISAÚDE

- HOME INSTEAD – APOIO DOMICILIÁRIO

- CLÍNICA VIDAMED

- FARMÁCIA EUSIL

- ÓPTICA BERNA

- CLÍNICA O MEU MÉDICO

- CLÍNICA PELVICLINIC

- CLÍNICA MÉDICA E DENTÁRIA LUBIDENTE

- MÉDICO SOBRE RODAS

- SOS PET CLINICA VETERINÁRIA

- MONTICORPO

- DRAGONFLY

- FAZ UM "LIKE" NA NOSSA PÁGINA DO FACEBOOK EM

WWW.FACEBOOK.COM/ANSargentos

- CONSULTA TAMBÉM WWW.ANS.PT

- A TUA ASSOCIAÇÃO MAIS PERTO DE TI.

- ACTUALIZA OS TEUS DADOS PESSOAIS (MORADA, NIB PARA DESCONTO DAS QUOTAS, EMAIL, TELEMOVEL, POSTO, UNIDADE, ETC.) ENVIANDO UM EMAIL PARA CONTACTO@ANS.PT



Falta de literacia ou falta de democracia?



Recentemente, numa audiência com o Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional, os dirigentes da ANS foram colocados perante uma situação que, não sendo nova, continua a provocar muita perplexidade.

O referido governante, no início da audiência, e numa altura em que a actualização do suplemento de risco das Forças de Segurança se encontra em negociação entre o governo e as estruturas associativas e sindicais representativas desses profissionais, transmitiu que nada teria para dizer na audiência e que estaria ali para ouvir os representantes da ANS, acrescentando que há assuntos que estão a ser debatidos entre o MDN e as Chefias militares e, posteriormente, nos dariam conhecimento das conclusões e decisões tomadas.

Esta posição coloca de imediato duas questões.

A primeira é, se serão os Chefes militares legítimos representantes dos militares para as questões socioprofissionais.

No nosso entendimento, não serão! Pelo contrário!

Os Ramos, enquanto entidades empregadoras, e os seus Chefes, entram numa situação de incompatibilidade, por conflito de interesses, na discussão das matérias socio-profissionais, na medida em que sendo indigitados pelo poder político estão também comprometidos com quem os nomeia, cujo poder não espera desses militares qualquer oposição.

Por outro lado, não se conhece disposição legal que confira aos Chefes militares essa competência de representação socioprofissional dos seus subordinados. No limite poder-se-ia dizer que a longa lista de desastrosos danos e prejuízos provocados aos direitos e à Condição Militar, com consequências no funcionamento dos próprios ramos, comprova da incapacidade dos Chefes militares para desempenharem esse papel de representação, para além de sabermos para que lado pende a sua posição sempre que são colocados entre o Governo que os nomeia e os militares que lhes estão subordinados.

A segunda questão, de igual importância, é, havendo uma Lei Orgânica que reconhece o direito ao associativis-

mo profissional dos militares, aprovada por unanimidade na Assembleia da República, porque motivo a mesma não é cumprida pelo governo e Chefias militares?

Atentemos o que diz a Lei Orgânica Nº 3/2001 de 29 de Agosto:

“Artigo 2.º - Os direitos das associações

As associações de militares legalmente constituídas gozam dos seguintes direitos:

a) **Integrar conselhos consultivos, comissões de estudo e grupos de trabalho constituídos para proceder à análise de assuntos de relevante interesse para a instituição, na área da sua competência específica; (...)**”

Que dúvidas subsistirão nas mentes dos sucessivos responsáveis políticos e militares, ambos obrigados ao cumprimento das leis, por compromisso de honra e por juramento, para que este direito das associações profissionais de militares, e dever de tutela política e militar, não se cumpram ao longo dos últimos 23 anos?

O texto desta lei, pela sua clareza, não se crê que deixe qualquer dúvida, até mesmo para os que possam ter dificuldades com a leitura de legislação, ao contrário de muitos outros textos legislativos dotados de grande densidade, complexidade e necessidade de interpretação.

Também neste aspecto a vida nos comprova que sempre que há algum nível de participação por parte dos interessados nas decisões a tomar, estas resultam mais sólidas e justas, estabelecendo laços de confiança entre as partes, essenciais para uma relação de trabalho permanente. De costas voltadas nenhuma das partes tem sucesso, as medidas a tomar serão sempre piores e mais vulneráveis à contestação.

Posto isto voltamos à questão inicial do título deste artigo:

Se os responsáveis políticos e militares não cumprem a alínea a) do artigo 2º da Lei Orgânica nº 3/2001, será por falta de literacia ou falta de democracia?

Tiremos todos as necessárias conclusões...

José Pereira ▲

SARGENTOS NA NOSSA HISTÓRIA

No Regimento de Artilharia Nº 4, sito no aquartelamento da Cruz da Areia, em Leiria, existe, à entrada, numa parede do edifício da Casa da Guarda, uma placa que ostenta a designação “Parada Sargento António Martins”.

Quem foi este Sargento que, para memória futura, foi honrado com tamanha distinção?

O Sargento António Martins, nasceu em 1887, na aldeia de Vilar de Cunhos, no Concelho de Cabeceiras de Basto, Distrito de Braga e foi incorporado em 1907, no Regimento de Artilharia Nº 4 que, à data, estava aquartelado em Amarante.

Em 1914 foi mobilizado para Angola como Cabo da Bateria de Artilharia de Montanha. Combateu nas batalhas dos “Cuamatos” e “Cuanhamas” e regressou à Metrópole em Dezembro de 1915. Em 1916 foi promovido ao posto de Segundo-Sargento e mobilizado pelo Regimento de Artilharia Nº 4 integrou o Corpo Expedicionário Português (CEP), tendo embarcado para França, mais propriamente para a Flandres, em Agosto de 1917. Em França serviu nos 6º e 5º Grupos de Baterias de Artilharia, até ter sido feito prisioneiro a 9 de Abril de 1918, aquando da Batalha de La Lys, de tão triste memória para Portugal. Foi enviado para o campo de prisioneiros de guerra em Dulmen, na Alemanha, localizado no distrito de Coesfeld, região administrativa de Munster, estado da Renânia do Norte-Vestfália, perto de Dortmund, onde esteve até 30 de Janeiro de 1919, sendo repatriado para Portugal em



Sargento António Martins – Herói de La Lys

Fevereiro desse ano.

O Primeiro-Sargento António Martins (1887 - 1955) revelou grande coragem e extraordinárias qualidades de liderança durante a Batalha de La Lys, em 9 de Fevereiro de 1918, como Chefe de Peça (Comandante de Secção, na designação actual), da 1ª Bateria do 5º Grupo de Baterias de Artilharia (5º GBA), que estava em apoio à 5ª Brigada de Infantaria, da 2ª Divisão do CEP, na defesa do sector de Ferme du Bois. António Martins, então Segundo-Sargento, apesar de estar debaixo de intenso fogo da artilharia alemã (desde as 04h30 da madrugada), permaneceu na posição com os seus soldados, até às 12h00, quando foi cercado pela infan-

taria alemã, que surgiu pela retaguarda da sua posição. Capturado pelos alemães, juntamente com alguns soldados, correu o risco efectivo de ser fuzilado, tendo sido encostado a uma parede para esse fim, o que, felizmente, não aconteceu.

Foi condecorado com a Cruz de Guerra de 3ª Classe “por no dia 9 de Abril se conservar sempre ao pé da sua peça, sendo o último a retirar do abrigo depois de inutilizar a sua peça.”

Pelo extraordinário desempenho, a sua bateria foi também condecorada com a Cruz de Guerra de 1ª Classe. A bateria em que servia o Segundo-Sargento António Martins estava dedicada a apoiar o Batalhão de Infantaria Nº 10, de Bragança, e manteve fogo entre as 04h30 e 12h00 sendo sua peça a última a cessar fogo.

O Primeiro-Sargento António Martins faleceu em 1955.

(N.R. Este texto foi baseado na biografia de António Martins elaborada pelo TCOR Art Pedro Marquês de Sousa)

Exortamos a todos quantos, tantas vezes, no seu dia a dia, passando por aquele local, reparam no nome deste Sargento, herói, que elevem o seu pensamento respeitosamente ao nosso Camarada que tão abnegadamente serviu Portugal e os Portugueses, para que nunca seja esquecido.

Bem hajas, Camarada António Martins. Até um dia! ▲



CARGOS, FUNÇÕES, POSTOS E SUAS TAREFAS DESCRITIVAS

Nº Refº Subunidade / Órgão	Nº Ord	Cargo	Função Militar	Posto	Pessoal					Notas	
					Quatro Especial / Área Funcional Especialidade / Categoria / Classe (OE / AF / Bq / Cst / Cst)	Oficiais	Sargentos	Pracinhas	Civil		
01 COMANDO	1	Comandante	CM	TCor	INF	1					✓
	2	2º Comandante	CM	Maj	INF	1					
	3	Adjunto do Comandante	EM	SCh	INF		1				
	4	Condutor de Viatura Ligeira	EX	Cabo	Exp14-CondVML			1			
	5	Condutor de Viatura Pesada	EX	Cabo	Exp15-CondVMP			1			
		Cmd			Subtotal	2	1	2	0		

Já lá vão pelo menos mais de dois anos desde que solicitaram contributos pelas Unidades, aos próprios militares, sobre propostas aos **Quadros Orgânicos de Pessoal (QOP)** e funções atribuídas, com as suas tarefas descritivas, a cada um dos cargos, por postos.

Cargos Militares: CM - Comando DC - Direção e Chefia EM - Estado-Maior CT - Chefia Técnica
EX - Execução DI - Execução em Docência ou Investigação

Já lá vão pelo menos mais de dois anos desde que solicitaram contributos pelas Unidades, aos próprios militares, sobre propostas aos **Quadros Orgânicos de Pessoal (QOP)** e funções atribuídas, com as suas tarefas descritivas, a cada um dos cargos, por postos.

Estes contributos visavam ser reunidos e adaptados aos vários QOP das diversas **Unidades, Estabelecimentos e Órgãos (U/E/O)**, bem como dos OCADs pertencentes, por parte do **Centro de Psicologia Aplicada do Exército (CPAE)**, entidade que ficou responsável pelo seu melhoramento e uniformização, onde ela pudesse existir.

Terá sido a Missão bem atribuída, ou apenas mais uma proposta "sondatória"?

A sua finalidade, queremos acreditar, seria, para além de uma uniformização, desvanecer qualquer dúvida sobre as tarefas de cada militar dentro da sua função, no cargo, nas diversas áreas e hierarquia, possibilitar ainda uma melhor integração na área funcional quando a realização de troca de militares durante deslocamentos ou situações inopinadas ocorressem, mas também uma avaliação equilibrada e mais justa por parte de quem avalia, uma vez que seria sobre estas tarefas inerentes ao cargo, agora mais discriminadas e não tão duvidosas que o chefe/avaliador teria de se pronunciar.

Na verdade, acreditando de boa-fé que naquela altura a correria demonstrada por esses contributos de forma tão célere, já que teriam de ser enviados no espaço de uma semana, parecendo algo honesta até, nos levaria a pensar que os QOP e suas **tarefas descritivas (Job Descriptions)** já estariam elaborados e homologados, no entanto ainda continuamos à sua espera.

3. Áreas de Responsabilidade e Atribuições	
Áreas de Responsabilidade	Atribuições (Funções)
COMANDO DO REGIMENTO DE INFANTARIA Tarefas principais	Participar nas reuniões relativas à categoria de sargentos, nomeadamente no que respeita à sua avaliação e colocação no 2º ou 3º nível de limpeza e conservação das dependências do regimento e da área do aquartelamento que lhe está adstrita, supervisionando a manutenção das infraestruturas e áreas de aquartelamento atribuídas. Receber o expediente de rotinas das subunidades, preparando-o para despacho do comandante e, posteriormente, proceder à sua entrega ao secretário do comando, quando aplicável. Elaborar e manter devidamente atualizado o quadro de situação do pessoal do regimento, quando aplicável. Supervisionar a escala dos serviços a ser executado pelas subunidades. Divulgar informação interna sobre questões de interesse ao pessoal do Regimento. Coadjuvar o Comandante no controle dos materiais distribuídos às suas subunidades, participando nas revistas ordinárias ao Regimento e no paradeiro das companhias nomeadas para os serviços organizadores, conforme lhe for determinado. Elaborar, primeiramente, quer pelo próprio pessoal, quer no que se refere ao cumprimento das determinações em vigor, fazendo as propostas que entender no sentido de prevenir ou remediar qualquer desvio. Supervisionar os Registos Gerais das Companhias antes destas submeterem a despacho ao Comandante, entregando-os posteriormente na Secção de Pessoal para arquivar.
	Tarefas adicionais
GRUPO DE COMANDO Outras tarefas	Coadjuvar o Comandante, nomeadamente nas tarefas diárias, principalmente "animar" o seu PC em reuniões de comando e sempre que determinado por este em operações. Acompanhar o Comandante em missões de representação do Regimento, bem como organizar visitas sob orientação do Comandante, de caráter social ou outros para as posições do comando e das companhias. Dar instruções de cidadania e moral cívico militar aos militares do Regimento, quando necessário ou determinado.

Então, o que se passou? Não houve tempo ainda?

Continua a dar jeito manter as coisas da forma que estão colocando pessoas sem formação nos cargos que outros não querem ou vice-versa?

Porque demoram então a sair e a serem divulgados, porque esperam?

Mesmo em **Forças Nacionais Destacadas (FND)** pode escolher-se quem gostaríamos de levar em prol de quem está mais capaz e habilitado a desempenhar determinada tarefa?

Não achamos agora ser tão importante, como na altura, já que o efectivo tem vindo a reduzir com os preocupantes abates ao QP e há interesse em estarmos/podermos sempre alterá-los quando a situação assim o exige ou é conveniente, viciando todo o seu princípio?

Qual a verdadeira razão então para esta sua demora?

Será por isso que também se continua a deixar ir Oficiais a cargos como **Elementos Nacionais Destacados (END)**, que desempenham funções de chefia na estrutura orgânica regimental, ficando assim em falta na estrutura das Unidades, deixando secções a ser guardadas pelos seus adjuntos Sargentos, acumulando assim ainda mais funções, sem que lhes seja reconhecido o factor de avaliador, apesar do seu reconhecimento funcional legal?

Será conveniente continuarmos a manter cargos que possam ser desempenhados por **"qualquer Sargento"**, quando sabemos de antemão de que isso interfere com a atribuição dos efectivos autorizados anualmente; nos orçamentos para as promoções;

nas incompatibilidades funcionais, desrespeitando-se antiguidades e aumentando cliques de desmotivação, mau estar e descontentamento; impulsionando assim a decisões dos próprios militares para passagens à reserva/reforma e nos mais novos os **abates ao QP**, cada vez mais preocupantes?

Nº Refº Subunidade / Órgão	Nº Ord	Cargo	Descrição do Cargo
01 COMANDO		Adjunto do Comandante	1. Identificação do Cargo
		Adjunto do Comandante	Designação do Cargo
		Sargento	Código
		Qualquer Sargento	Posição
		Infantaria	Plano
		AD01 - INFANTARIA	Distrito
		Quadro Permanente	Comando
		Escolha	
		Mínimo de 2 anos, podendo desempenhar por mais 5 na reserva efetiva	
		Não	
		Chefia Técnica	Dispensa Plena Válida
		Nacional - Secreto	UE - Secreto UE
		NATO - Nato Secret	EUFA - Secreto
		Não	
		Não	

Competia na realidade ao Órgão Administrativo competente, neste caso ao Comando de Pessoal, elaborar e propor a sua homologação ao CEME?

Nesse sentido também porque não vemos o mesmo acontecer relativamente à categoria de Oficiais, onde se atribui um cargo/função a um determinado posto e não a um **"qualquer Oficial"**?

A ANS está e estará, sempre que chamada, pronta a contribuir para a resolução deste tipo de problemas que respeitam aos Sargentos de Portugal!!▲

Cartas dos Leitores

A "Saúde Militar" está muito doente...

Quando o governo de Passos Coelho, com Aguiar-Branco como ministro da Defesa, decidiu "fundir" os hospitais militares, o argumento era de que seria para melhorar. De facto, tal não aconteceu. Muito pelo contrário. E hoje, se a "saúde em geral" está doente, muito pior está a "saúde militar"!

Senhor Director, em relação ao HFAR, gostaria que publicassem alguns aspectos de que vou tendo conhecimento sobre problemas que se acumulam:

Em muitas áreas, há relatos de mais de um ano de espera para determinadas consultas de especialidade. Há uma enorme dificuldade na marcação de determinados exames e/ou consultas.

Pelo que me chegou, não existe no HFAR um equipamento de Ressonância Magnética, fundamental para o diagnóstico.

Existem atrasos nas juntas médicas programadas e nas novas que surgem, supostamente pela falta de médicos, em particular médicos militares.

Tive conhecimento que, pelo menos ainda em 2023, dois médicos otorrinos tinham deixado o serviço sem substituição. Há relatos de falta de especialistas em psiquiatria, e não havia especialistas em dermatologia. Haverá perspectiva de resolução e em que outras áreas poderá estar a acontecer o mesmo?

Há situações de colonoscopias e endoscopias com esperas próximas dos dois anos.

Quando a anterior ministra Helena Carreiras tanto falava de querer mais mulheres nas Forças Armadas, temos a ginecologia com um ano e meio de espera, pois tanto quanto consegui saber, só haverá uma ginecologista.

Na reumatologia, a espera pode chegar a nove meses.

Os testes do sono com atrasos de mais de um ano pois há apenas uma técnica e um equipamento operativo.

Não havia consulta da dor, por falta de anestesistas porque estes estavam direccionados para as

cirurgias, por serem poucos.

Os necessários serviços administrativos nos vários edifícios das consultas funcionam, na sua maioria, em apenas um dos pisos, por falta de pessoal, e os poucos que há, fazem milagres.

Muitas das máquinas de senhas para os utentes e ecrãs de informação estão fora de funcionamento por avarias que não são reparadas.

Um sistema informático lento, com problemas frequentes de informática não só nos administrativos como nos gabinetes médicos, provocam atrasos no normal funcionamento dos serviços.

Também a farmácia hospitalar tem pouca diversidade e quantidade de medicamentos.

Há relatos de problemas na prescrição de próteses e meios auxiliares, particularmente próteses auditivas no polo do HFAR no Porto.

A dispersão temporal de consultas em várias especialidades e a falta de abrangência territorial por parte da ADM, limitam gravemente o acesso à saúde por parte de pacientes distantes da região de Lisboa. Para agravar, a ADM estaria, pelo menos em 2023, a recusar participações de tele-consultas, com o argumento de que não consta da tabela de actos comparticipados, assim como acontece na ADSE. Vale a pena salientar que quando ocorrem consultas nestes moldes, por norma até mais baratas que as presenciais, tal também acontece por indicação médica e não apenas por vontade do utente.

Acresce que nos centros de saúde do IASFA começou por se aplicar uma taxa pelo material de higiene e segurança durante o período da pandemia – agora passou a ser cobrado um co-pagamento adoptando a tabela que existe para o mesmo efeito da ADSE.

Enfim... Os militares são obrigados a pagar para ter direito à saúde, valores muito mais elevados do que o custo de muitos seguros de saúde... Porém a resposta não é compatível com o que são obrigados a pagar...nem sequer com a exigência da Condição Militar, a que estão obrigados a responder!

Leitor devidamente identificado



ACTIVIDADE ASSOCIATIVA

Estes primeiros trimestres de 2024 revelaram-se tempos de grande exigência e intensidade de acções associativas. Não só as comemorações do 31 de Janeiro – Dia Nacional do Sargento, reportadas na edição anterior, bem como as situações que resultaram das eleições legislativas de 10 de Março passado, com a constituição de uma nova composição da Assembleia da República e respectivos grupos parlamentares, a tomada de posse de um novo governo e, principalmente, a solicitação de apoio por parte de inúmeros camaradas, face à continuidade e agravamento dos problemas com que os Militares, em geral, e os Sargentos, em particular, estão confrontados.

Dessa intensa e exigente actividade associativa apresentamos um resumo:

26MAR – Reunião com Sargentos do Exército em Torres Novas. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço e J.Galvão;

27MAR – Reunião vídeo com dirigentes da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

27MAR – Apresentação de um livro na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;

02ABR – Reunião em Oeiras, preparatória da Homenagem aos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

02ABR – CPR com Sargentos da Marinha. ANS representada por L.Coelho, R.Graça, J.Pereira, A.Almeida, R.Maricato, P.Santos e L.Bugalhão;

03ABR – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

07ABR – Cerimónias do Dia do Combatente e 106º aniversário da Batalha de La Lys, no Mosteiro da Batalha. ANS representada por V.M.Alves;



09ABR – Apresentação de um livro na Livraria Buchholz, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

10ABR – Debate “Consulta Pública” na Rádio Antena 1. ANS representada por L.Coelho;

10ABR – Apresentação de um livro no Centro Cultural de Belém, em Lisboa. ANS representada por J.Galvão e V.M.Alves;

11ABR – A convite da URAP, palestra apresentada por L.Coelho na Escola Secundária

do Vale da Amoreira, no âmbito dos 50 anos do 25 de Abril;

12ABR – A convite da URAP, palestra apresentada por L.Coelho na Escola Mouzinho da Silveira, na Baixa da Banheira, no âmbito dos 50 anos do 25 de Abril;

13ABR – Cerimónia de homenagem e comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, no Centro Social de Santo António, no Barreiro. ANS representada por L.Coelho;

15ABR – Assembleia Geral de Apresentação de Contas de 2023 e Plano e Orçamento para 2024, na sede social, em Lisboa;

16ABR – Reunião com Sargentos da Força Aérea, no Seixal. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira e J.Mata;

17ABR – Reunião de Sargentos na Delegação nº 1 do Clube do Sargento da Armada, no Feijó;



19ABR – Trabalhos relativos à ANS na Loja do Cidadão nas Laranjeiras, em Lisboa. L.Coelho e J.Pereira em representação da ANS;

20ABR – Almoço comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, no Inatel da Caparica, promovido por cinco estruturas representativas de militares (CSA, CPA, ANS, AOFA e AP);



21ABR – Cerimónia de encerramento do 31º Congresso do CDS-PP, em Viseu. ANS representada por L.Coelho;



22ABR – Conferência/Debate promovido pela ASPP/PSP, em Lisboa, assinalando o 35º aniversário do episódio denominado “Secos e Molhados”. ANS representada por L.Coelho e J.Mata;



23ABR – Reunião com Sargentos do Exército, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e L.Bugalhão;

24ABR – Almoço comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, promovido pela ASPP/PSP, em Aveiro. ANS representada por J.L.Silva;

24ABR – Reunião com o Presidente da EUROMIL e staff, preparatória para o desfile do 25 de Abril e para a 129ª AG da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

24ABR – Jantar comemorativo dos 50 anos do 25 de Abril, promovido pela ACR, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por M.C.Dias;

25ABR – Cerimónia Militar comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, no Terreiro do Paço, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

25ABR – Manifestação popular comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, em que se integraram dezenas de delegados da EUROMIL;



26ABR – 129ª Assembleia Geral da EUROMIL, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, R.Graça, J.Pereira, M.C.Dias, L.Bugalhão e V.M.Alves;

03MAI – Debate “A Liberdade de Imprensa e a CRP”, na Casa da Imprensa, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



05MAI – Cerimónias alusivas ao 40º aniversário da Delegação nº 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por R.Graça;

06MAI – Reunião com Sargentos da Força Aérea, na sede social, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

07MAI – Visita/Palestra da ANS na Base Aérea nº 11, em Beja. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Galvão, J.Mata e L.Bugalhão;

08MAI – Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da APG/GNR, na Costa de Caparica. ANS representada por L.Coelho;



09MAI – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa;

11MAI – Sessão comemorativa dos 50 anos do 25 de Abril, promovida pela “Intervenção Democrática”, na Casa do Alentejo, em Lisboa. ANS representada por V.M.Alves;

14MAI – Visita/Palestra da ANS na Base Aérea nº 5, em Monte Real. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.L.Silva, L.Bugalhão e V.M.Alves;



14MAI – Cerimónias comemorativas dos 50 anos do 25 de Abril e dos 50 anos da ADFA, na sua sede social, em Lisboa e na Academia Militar, na Amadora. ANS representada por N.Mateus;

15MAI – Apresentação de um livro no Palácio dos Lilases, no Lumiar, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

16MAI – Trabalhos relativos à ANS na CGD do Lumiar, em Lisboa. L.Coelho, R.Graça e J.Pereira em representação da ANS;

16MAI – Reunião do Condomínio do Prédio em que se encontra a sede social. ANS representada por L.Coelho;

17MAI – Reunião via plataforma vídeo, entre as Direcções das três APM. ANS representada por L.Coelho;



17MAI – A convite da “Frente Comum”, as APM participaram numa manifestação em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e V.M.Alves;

18MAI – Debate promovido pelo “Manifesto CRP”, em Coimbra, sobre “Saúde Militar e Condições de Instalação”. ANS representada e com a participação de J.Pereira e V.M.Alves;



21MAI – Audiência com o SEADN, no Ministério da Defesa Nacional, no Restelo, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, C.Colaço, R.Graça e J.Mata; 22 e 23MAI – Cerimónias do 30º Aniversário e 9º Congresso da AUGC, em Toledo, Espanha. L.Coelho presente em representação da EUROMIL e da ANS;



23MAI – Debate promovido pela Universidade Lusófona, em Lisboa, sobre “O Processo Democrático pós 1974 e a Consolidação do Sistema Nacional de Protecção Civil”. ANS representada por J.Mata e M.Moita;



25MAI – Reunião de Militares promovida pelas três APM, na A.S.A. - Academia de Santo Amaro, em Alcântara, em Lisboa; 27MAI – Delegação de dirigentes das três APM faz entrega da Moção aprovada na Reunião de Militares, no gabinete do MDN, no Restelo, em Lisboa;



28MAI – Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves;

28MAI – Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Livre, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, L.Bugalhão e V.M.Alves; 29MAI – Cerimónia do “Dia das Operações de Paz e Humanitárias” promovida pela Liga dos Combatentes, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



01JUN – Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da AOFA, nas instalações da colectividade “Recreio Desportivo da Trafaria – Casinos”, na Trafaria. ANS representada por J.Pereira e V.M.Alves;



03JUN – Cerimónia da Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do SNCGP, numa unidade hoteleira, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



03JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, M.C.Dias e L.Bugalhão;

04JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e M.C.Dias;

05JUN – Reunião Ordinária dos Órgãos Sociais da ANS, na sede social, em Lisboa; 10JUN – Cerimónias oficiais comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades, promovidas pela Presidência da República, em Pedrogão Grande. ANS representada por R.Graça;

10JUN – Cerimónias da XXXI Homenagem aos Combatentes, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;



12JUN – Visita/Palestra da ANS na Base Aérea nº 8, em Maceda - Ovar. Delegação da ANS composta por L.Coelho, A.Assunção, L.Bugalhão e J.P.Leitão;

12JUN – Entrevista a L.Coelho promovida pelo “Manifesto CRP” subordinada ao tema “Os Militares e a CRP”;

18JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do Partido Chega, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e L.Bugalhão;

18JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e L.Bugalhão;

18JUN – Audiência com o Grupo Parlamentar do Centro Democrático Social-Partido Popular, na Assembleia da República, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Mata e L.Bugalhão;

20JUN – Reunião via plataforma vídeo com o Presidente da Direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

22JUN – Cerimónias alusivas ao 35º Aniversário da ANS, 33º Aniversário do jornal “O Sargento” e homenagem a Mário Pereira, na Casa do Alentejo, em Lisboa;



23JUN – Velório do Sargento Bruno Rodrigues, na Quinta do Conde. ANS representada por P.Santos;

24JUN – Exéquias fúnebres do Sargento Bruno Rodrigues. ANS representada por P.Santos e V.M.Alves;

24JUN – Cerimónias no Mosteiro dos Capuchos, da Outorga da Medalha de Mérito e Cidadania a Manuel Custódio, por parte da cidade de Almada. ANS representada por L.Coelho e J.Pereira;



26 e 27JUN – Reunião da Direcção da EUROMIL, em Bruxelas, Bélgica. ANS representada por L.Coelho.

Quando se avizinha o tradicional período de férias, estão em preparação visitas/palestras a diversas unidades militares dos três ramos, estão em preparação iniciativas na defesa dos direitos dos Sargentos e suas famílias, prosseguem trabalhos de apoio a diversos camaradas e estão em preparação reuniões com outras estruturas congéneres, porque, como há muito vimos dizendo, a luta não vai de férias.

Desses eventos, iniciativas e trabalhos daremos conta na próxima edição do jornal “O Sargento”. ▲

Cartas dos Leitores

Discriminação na Messe Militar de Lagos

Senhor Director do jornal “O Sargento”

Venho por este meio solicitar a vossa colaboração e denunciar uma situação de discriminação entre Militares das Forças Armadas que está a ser efectuada pelo Ramo Exército, através do acesso à Messe Militar de Lagos.

Na qualidade de Antigo Combatente, Deficiente das Forças Armadas, na situação de Reforma da Força Aérea Portuguesa, há uns anos a esta parte, por motivos de manutenção do meu estado físico e psicológico, tenho recorrido à referida Messe para passar um período de lazer de uma semana por ano (não tendo possibilidades para mais), o que faz com que consiga enfrentar mais um ano em melhores condições de saúde, quer mental quer física.

Mas, a partir de 2023, pelo Comando da Logística do Exército, foi feita uma alteração aos regulamentos no que toca ao acesso de utentes.

Dessa alteração releva-se o seguinte: “Distribuição de acesso a alojamentos: Militares do Exército, familiares, trabalhadores civis do ramo e convidados, 90% nas prioridades de ocupação”. Marinha, Força Aérea, IASFA, quota de 10%. Quanto a Deficientes das Forças Armadas não existe qualquer prioridade ou diferenciação.

Mais, acresce que a Tabela de Preços consagra que quem não pertence ao Exército, paga mais 10€ diários pelo alojamento. Não se entende! Será que auferem mais salário?

O próprio IASFA efectuou um protocolo com a Messe de Lagos e aceitou estas condições?

No meu entendimento existe uma grave discriminação entre Militares das Forças Armadas.

Será que em instalações da Força Aérea ou da Marinha os militares de outro ramo são tratados de maneira diferente? As Forças Armadas Portuguesas não são UNAS?

Este ano solicitei uma semana com a inscrição efectuada em tempo, como sempre faço, e fui informado via mail que me encontrava na situação de reserva... e não tendo vaga nem sequer sou avisado e tenho que aguardar até à véspera da data solicitada.

Para melhor esclarecimento sugiro que possam solicitar à Messe de Lagos o Regulamento.

Agradeço, pois, que dentro das vossas possibilidades possam divulgar este assunto às entidades que acharem convenientes.

Os meus agradecimentos

Leitor devidamente identificado



ENCONTRO DE MILITARES INCREMENTAR A LUTA!

No passado 25MAI2024, na Academia de Santo Amaro em Lisboa, cerca de 100 militares reunidos dissecaram os problemas que afectam a Condição Militar e aprovaram uma Moção que mandata as APM para levarem a cabo as acções tidas por necessárias para os resolver

Retomando as decisões aprovadas na Reunião de Militares de 06FEV2020, que apontavam já para a necessidade de aumentar e diversificar as acções de luta em defesa da Condição Militar, que, entretanto, foram suspensas devido ao aparecimento da pandemia de COVID-19, as ANS, AOFA e AP (APM) decidiram reunir os militares naquela tarde por forma a debater as questões socioprofissionais dos militares e suas famílias e apontar caminhos para a sua resolução.

O direito à negociação colectiva e à representação jurídica dos militares, a valorização das suas carreiras e a melhoria das suas condições de trabalho, a gratuidade da prestação de cuidados de saúde e a revisão da tabela salarial tinham sido os grandes temas no encontro de 2020 e mantiveram-se agora neste Encontro.

Numa mesa constituída por elementos das 3 APM, moderada por Branco Baptista, Secretário-Geral da AOFA, e em breve resumo, aqueles temas foram apresentados como se segue:



ANS- António Lima Coelho, sobre Legislação Militar

- As APM estão aqui para debater, em união e solidariedade, aquilo que nos une: a Condição Militar;

- Não podemos tolerar que o não cumprimento da Lei seja a regra por parte das tutelas política e militar. Não podemos tolerar que haja grupos de trabalho constituídos, e a funcionar, com o objectivo de alterar legislação aplicável aos militares, nomeadamente o EMFAR, e as APM não estarem integradas nesses trabalhos;

- Apesar do Secretário de Estado Adjunto e da Defesa Nacional (SEADN) ter dito à ANS (na audiência ocorrida a 21MAI2024, ver notícia noutra página deste jornal) que é com os Chefes militares que estas matérias socioprofissionais devem ser resolvidas, não é isso que estabelece a Lei Orgânica nº 3/2001, de 29AGO, nomeadamente nas alíneas a) e b) do seu Artigo 2º. Essa Lei, a Lei do direito de associação profissional dos militares, deve ser cumprida, e as APM devem ser integradas nos trabalhos que esses grupos têm em mãos;

- Para além do EMFAR, também o RDM (que mantém o anacrónico dever de 'isenção política' para os militares), e o RAMMFA (um regulamento de avaliação que é um mecanismo punitivo em vez de formativo, que promove a competitividade entre os militares em prejuízo da camaradagem), para além doutros diplomas, carecem de uma revisão profunda;

- É por todas estas razões que a EUROMIL apresentou uma queixa na Comissão Europeia de Direitos Sociais contra o Estado português, por incumprimento dos Artigos 5º e 6º da Carta Social Europeia, que Portugal ratificou, por incumprimento dos direitos à negociação colectiva e à representação jurídica dos associados;

- A consciência de cidadania que os Militares têm, à luz da Constituição da República Portuguesa que juraram cumprir e fazer cumprir, impõe apenas um caminho: o caminho da Luta!

AP – Paulo Amaral, sobre o Regime Remuneratório

- Na reunião que a AP teve com o SEADN, foi-lhe dito que queremos negociar o Regime Remuneratório dos militares directamente com o Ministro da Defesa Nacional (MDN), à



semelhança do que está a acontecer com os elementos das forças e serviços de segurança, cujas associações sindicais estão a negociar directamente com a Ministra da Administração Interna. E também não é aos Chefes que compete fazer essa negociação. Os legítimos representantes dos militares são as APM;

- O Suplemento da Condição Militar deve ter um valor único para todos os militares, indexado a um posto, mas igual para todos;

- A negociação sobre os nossos vencimentos, nomeadamente os suplementos, não deve estar dependente do que for decidido para as forças e serviços de segurança. Devemos, isso sim, exercendo o direito que nos assiste à negociação colectiva, reunir-nos com o MDN, com o Ministro das Finanças e, eventualmente, com os Chefes, para resolver a questão remuneratória sem esperar pelo que for decidido para os polícias e guardas;

- As pensões de reforma dos militares vão sofrer cortes quando comparadas com os vencimentos que auferem na situação de activo. Isso será muito mais expressivo (cortes que podem ir até 46%) para os militares que já não foram inscritos na Caixa Geral de Aposentações;

- Nada disto contribui para o recrutamento e retenção nas FFAA! Há que lutar fortemente por remunerações justas para os militares.

AOFA – Paulo Cruz, sobre Saúde Militar

- O Sistema de Saúde Militar (SSM) é um dos mais importantes pilares que dão substância à Condição Militar. Neste âmbito, o papel do IASFA não deve ser confundido com o da ADM;

- Os especiais direitos consagrados na Lei das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar não estão a ser respeitados no que respeita à saúde: não temos especiais direitos e ainda temos de pagar!;

- A saúde mental dos militares, como ela tem sido encaráda pelo SSM, é um campo em que temos uma assistência muito mais deficiente que os restantes cidadãos não militares. Para além de que, todos os problemas expostos atrás contribuem significativamente para a má saúde mental;

- Há que tornar a dar dignidade aos Militares; há que tornar efectivos os especiais direitos que a Condição Militar exige. Há que voltar a prestigiar os Militares, e não é com o HFAR, e com o seu deficiente funcionamento, que esse prestígio será alcançado. É ainda necessário que os militares da Reserva e da Reforma tenham os mesmos direitos à saúde que os seus camaradas do Activo.

Depois das apresentações, Branco Baptista resumiu o que os oradores disseram e foi aberto um período de debate. Muito participado (13 camaradas entrevistaram), o debate resultou em apoio ao papel das APM e à necessidade de desenvolver outras iniciativas de Luta pela Condição Militar.

Isso mesmo ficou expresso no texto proposto à votação da assembleia, que resultaria na Moção aprovada no final do Encontro, e que, assim se decidiu naquela hora, viria a ser entregue ao MDN no dia 27MAI2024.

A Moção (disponível em www.ans.pt) mandatou as APM para promover iniciativas de âmbito institucional, mas também para, "sempre que tal se justifique ou seja necessário, realizar acções de crescente impacto público e mediático". E para isso é necessário que nos mantenhamos unidos, coesos em torno das APM, e disponíveis para as acções de luta que elas venham a solicitar à nossa massa. Este Encontro foi apenas um dos passos do caminho. Um caminho longo, difícil, mas que se impõe continuar.

Uma palavra de apreço à Academia de Santo Amaro (ASA) e ao camarada Luís Reis, por ter sido disponibilizado aquele bonito e adequado espaço para a realização do Encontro, quando muitas outras portas se fecharam. Bem-hajas, ASA! ▲

Associação Nacional de Sargentos

A Associação Nacional de Sargentos foi criada no I Encontro Nacional de Sargentos, realizado em Sacavém, a 1 de Abril de 1989, com a presença de cerca de 4500 Sargentos.

A ANS insere-se num movimento global que pugna activamente pela dignificação dos militares em geral, na sua condição de "Cidadãos em Uniforme", e dos Sargentos em particular, enquanto parte integrante da Nação.

Foi pioneira no associativismo militar no período pós 25 de Abril de 1974, desde logo lutando pela obtenção de um Estatuto profissional para TODOS os militares, o que foi uma realidade a partir de 1990, com a publicação do EMFAR.

Fundamental foi o combate contra o "espartilho" criado pelo Artigo 31º da lei de Defesa Nacional e das Forças Armadas, de 1982, alcançando a sua alteração com a publicação da Lei do Associativismo Profissional dos Militares, em 2001, após 19 anos de intensa e imaginativa luta.

Desde 1993 que a ANS é membro de pleno direito da EUROMIL – Organização Europeia de Associações e Sindicatos Militares, sendo muito activa e participativa no movimento associativo e sindical militar europeu.

Uma associação, como qualquer organização ou instituição, não se faz sem o factor humano, sem a sua massa associativa, razão de ser e força dos seus combates!

E uma associação é tão mais forte quanto mais alargado for o universo efectivamente representado.

A ANS veio a constituir-se na voz que os Sargentos não tinham!

Reforcemos essa voz, dando-lhe cada vez mais força!

"Associa-te! Vem dar mais força à força dos Sargentos de Portugal!"